

Apresentação

Flávia Benevenuto

Fabrina Magalhães

Observa-se praticamente uma unanimidade entre os analistas que os estudos sobre o Renascimento Italiano foram iniciados a partir da publicação da obra de Jacob Burckhardt, *A cultura do Renascimento na Itália* (1860) e dos estudos seminais de Jules Michelet, que, segundo Lucien Febvre¹, teria utilizado pela primeira vez o conceito de Renascença em um curso ministrado por Michelet, entre 1840 e 1842. Para o fundador dos *Annales*, todas as ideias de Renascença que existiam antes do historiador francês eram fragmentadas e não se direcionavam a um conceito histórico abrangente. Além da invenção e uso de um novo conceito, outro ponto de grande relevância para ambos é a marcante ruptura entre o período medieval e o início da modernidade.

A partir desses estudos pioneiros pode-se dizer que pelo menos três linhas interpretativas sobre o período foram criadas ao longo dos séculos XX e XXI. Aqueles que defendem que há uma abrupta ruptura entre a Idade Média e o Renascimento: como os já citados Burckhardt e Michelet, Hans Baron, Eugenio Garin, entre tantos outros; aqueles que defendem que há continuidades mais significativas entre os dois períodos: como Paul O. Kristeller, Quentin Skinner, Seigel, Erwin Panofsky, J. C. Argan etc.; e, por fim, aqueles que defendem que há a continuidade de vários elementos do medievo, mas ressaltam as inovações do Renascimento diferenciando-as da retomada da Antiguidade dos períodos anteriores: como Federico Chabod, Peter Burke, André Chastel, entre outros. Para estes, apesar do que dizem as fontes de época - Petrarca, Dante, Boccaccio, Pico della Mirandola, Vasari, Alberti, Leonardo Bruni, Erasmo, e tantos outros – o contraste cultural entre o Renascimento e o período medieval não foi tão agudo como se pensa, nem como parecia aos humanistas italianos e a

¹ FEBVRE, Lucien. **Michelet e a Renascença**. Editora Scritta, 1995.

seus discípulos. Sobretudo alguns historiadores da arte se perguntam se será mesmo possível apontar diferenças qualitativas deste Renascimento de outras revivescências anteriores e aparentemente semelhantes, como o Renascimento Carolíngio e o “proto-Renascimento” do século XII? Ou ainda, se haveria de fato um Renascimento *italiano*²?

Julgando participar de um salto desconhecido da cultura, era comum entre muitos humanistas a crença no *renascer* da cultura em oposição às longas trevas medievais. Para Vasari, por exemplo, importante artista italiano do século XV, o período de máximo florescimento da arte ocorreu na Antiguidade greco-romana, havendo, logo após, um período de larga decadência que se inicia já a partir do reinado de Constantino. Assim, para ele, durante vários séculos a Itália só *conheceu* "a tosca, pobre e áspera arte dos bizantinos". Renascimento para Vasari se convertia então em uma expressão que designava o grande acontecimento da história da arte do seu tempo. Por isso ele se propõe "a descrever a vida, as obras e o talento artístico daqueles que foram os primeiros a ressuscitar as artes levando-as finalmente ao grau de beleza e majestade em que hoje se encontram"³.

Em âmbito propriamente historiográfico, o *Quattrocento* sofreu grande

² Para autores como F. Chabod, a “Antiguidade não é algo morto, uma busca pela erudição artificial de uns poucos intelectuais, mas o ideal que estes encontram realizados em suas mais profundas aspirações – literárias e artísticas, mas também morais e políticas – vale dizer, um ideal vivo.” (Ver: CHABOD. **Escritos sobre el Renacimiento**. México: Fondo de Cultura Económica, 1990, p. 20). Chabod e Eugenio Garin vão mais além, pois, para eles, essa recuperação específica do passado para seu uso político é incomparável com quaisquer retomadas da Antiguidade realizadas anteriormente. (ver: GARIN, E. **Ciência e vida civil no Renascimento italiano**. Unesp, 1996). Já para analistas como P. O. Kristeller, embora as diferenças culturais entre a Itália e a Europa do Norte fossem acentuadas durante a alta Idade Média, no século XV a Itália, juntamente com os países baixos, conseguiu uma posição de hegemonia cultural na Europa ocidental que jamais tivera na época precedente. Se durante a Idade Média a Europa conheceu uma ou mais renascenças, como defendem alguns estudiosos, a parte da Itália nestas primeiras renascenças foi antes escassa. (Cf. KRISTELLER, Paul. **Tradição clássica e pensamento do Renascimento**, [1954]. Trad. br. Artur Mourão. Lisboa: 1995, p. 12).

³ VASARI. "Dedicatória ao duque de Florença Cosme de Médici" in: **Vida dos artistas**. São Paulo, Martins Fontes 2011, p. 295. Historiadores como Paul O. Kristeller, em **Tradição Clássica e pensamento no Renascimento**, negam terminantemente estes contrastes, uma vez que eles ignoram as muitas inovações produzidas na Idade Média, assim como a sobrevivência da cultura e das formas de pensar e sentir do mundo medieval na Renascença, e ainda descaracterizam os intercâmbios culturais e filosóficos entre a Itália e o Norte da Europa.

inflexão ao se afastar da crônica e das biografias medievais, o que legou, sobretudo no *Cinquecento*, a noção de que existe o período antigo e o moderno, separados, geralmente, pela queda do Império romano ocidental. A autoconsciência dos autores de histórias de povos e lugares – de Bruni a Filippo de' Nerli e Benedetto Varchi, passando por Maquiavel, Guicciardini para citar os mais conhecidos – corrobora com a visão politicamente orientada de que estavam, de fato, vivendo em outro momento histórico, cujas referências não mais eram as “vidas de santos e reis” ou acontecimentos fabulosos, mas a historiografia greco-romana, que circunstancia a narrativa, justifica a empreitada e impõe valor fundamental à política e à guerra. O caráter universalista da historiografia cristã medieval cedeu lugar, pois, a acontecimentos cronologicamente organizados em uma cidade ou um povo. Daí que se percebe a importância da diferença entre, por exemplo, uma história de Florença e uma história do povo florentino. Libertos dos ininteligíveis planos divinos, a história passa a ser fundamentalmente Humana.

Desse modo, os primeiros intérpretes da Renascença teriam feito uma análise precipitada e romântica de textos como os de Vasari e de Pico della Mirandola, por exemplo. Este último, em seu em seu *Discurso sobre a Dignidade do Homem* (1486), justifica e exalta a livre ação do homem do mundo: “não te fizemos nem celeste nem terreno, nem mortal ou imortal, de modo que assim, tu por ti mesmo sejas o escultor da própria imagem (...) e possas retratar a forma que gostarias de ostentar”⁴. Segundo o humanista italiano, “o homem poderá pelo seu próprio mérito, tanto “descer ao nível dos seres mais baixos e embrutecidos, quanto ao invés, por livre escolha da tua alma, subir aos patamares superiores, que são divinos”⁵. Marcado pelo movimento, o Homem torna-se livre para escolher o seu próprio caminho – “ou ele ascende até o nível dos seres mais elevados, como o dos anjos e dos querubins, ou desce até a categoria dos seres mais embrutecidos - de tal sorte que poderia ter toda e qualquer variedade

⁴ PICO DELLA MIRANDOLA. *Discurso sobre a Dignidade do Homem*. Lisboa, Edições 70. p. 53.

⁵ Idem, p. 54

de vida”. Do mesmo modo, Riccardo Fubini⁶ aponta como a obra do estudioso alemão Hans Baron, *The crisis of the early Italian Renaissance*⁷, é, sob certos aspectos, embaraçosa, ao idealizar o precoce humanismo greco-latino de Leonardo Bruni, em seu *Elogio da cidade de Florença*, bem como o humanismo cívico que surgiria em inícios do século XV na luta vitoriosa sustentada por Florença contra a tentativa hegemônica do duque milanês Giangaleazzo Visconti. A partir da leitura de Bruni, Baron teria estruturado a sua tese de que a comuna florentina tomava consciência das suas potencialidades políticas e culturais de tal modo “a se tornar o centro vital de irradiação todo o movimento cultural humanístico”⁸.

São diversas as linhas interpretativas (filosófica, artística, histórica, literária, etc.) e as armadilhas ao se trabalhar com as fontes e mesmo com a historiografia sobre a Renascença. Mas, seja qual for o caminho escolhido para análise deste fértil período, é preciso reconhecer que dentre esses diversos segmentos as interpretações políticas vêm ganhando destaque nas últimas décadas do século XX, sobretudo a partir das análises de Baron. Assim, tendo ajudado ou não a criar um mito sobre a Renascença (com R maiúsculo, como nos lembra Peter Burke) isso não retira o papel precursor das suas teses nem tampouco o destaque que deram ao pensamento político e à retomada da tradição republicana. Ora, essa abordagem política do pensamento renascentista (desenvolvida por estudiosos como Q. Skinner, J. G. A Pocock, entre tantos outros) se faz também presente no universo acadêmico brasileiro pelo menos nos últimos vinte anos⁹. Contudo, pode-se observar nas últimas décadas um forte descolamento e mesmo uma visão crítica da pesquisa realizada no Brasil

⁶ FUBINI, Riccardo. “A imagem de Florença em Leonardo Bruni. Intenções Retóricas e Percepções Constitucionais” in: ADVERSE, H (Org.). **Filosofia Política no Renascimento Italiano**. São Paulo: Annablume: Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFMG, 2013, p. 13.

⁷ BARON, H. **The crisis of the early Italian Renaissance. Civic Humanism and Republican liberty in an age of Classicism and tyranny**. Princeton University Press, 1966.

⁸ FUBINI, *op. cit.*, p. 13.

⁹ ADVERSE, H., *op. cit.*, p. 11.

com relação aos estudos feitos em outros países, sendo cada vez mais provável afirmar uma interpretação brasileira, com toda diversidade que ela abarca, sobre o Renascimento. Assim, a organização deste dossiê sobre o pensamento político na Renascença deve ser compreendida à luz desse contexto e de autores que têm pautado as suas pesquisas nessa área e que, efetivamente, realizam entre si um intercâmbio acadêmico.